

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0024909960/2025 - SES.URE.CON

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo para Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Diagnóstico por medicina nuclear in vivo, e tratamentos por medicina nuclear in vivo, para atendimento da demanda dos usuários do SUS, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, suprimindo o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada.

1.2 - Encontra-se vigente o Edital de Credenciamento Nº 358/2022 (0019888627) para realização de diagnóstico por medicina nuclear in vivo e tratamentos por medicina nuclear in vivo. Oriundo do referido edital, encontra-se em execução o Termo de Credenciamento Nº 1308/2023 (23.0.268926-1). No início de 2023 identificou-se a necessidade de substituição do Edital de Credenciamento Nº 358/2022 e, consequentemente, dos Termos de Credenciamento a ele vinculados, os quais são regidos pela Lei nº 8.666/93 e precisam ser adequados à "Nova Lei de Licitações", Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Memorando SEI Nº 0019731115/2024 - SES.UAD.ACP).

1.3 - O município não dispõe de capacidade instalada por meio dos serviços próprios para o atendimento de todos os procedimentos tampouco do volume da demanda, necessitando da contratação de serviços complementares.

1.4 - Assim, faz-se necessária a publicação de novo edital, no intuito de credenciar, de forma complementar, prestadores dos serviços de saúde para atendimento da demanda de diagnóstico por medicina nuclear in vivo e tratamentos por medicina nuclear in vivo.

1.5 - O presente credenciamento tem como objetivo suprir o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada com serviços especializados de diagnóstico por medicina nuclear in vivo e tratamentos por medicina nuclear in vivo, para atender as demandas existentes de forma complementar ao Sistema Único de Saúde.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 prevê que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025, a presente contratação está prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2025.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Local de execução dos serviços:

3.1 - Os atendimentos deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e de todas as normas regulamentadoras em vigor, localizados no território de Joinville/SC e equipados para prestar o serviço objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

3.1.1 - Os laudos poderão ser emitidos por meio de telerradiologia.

3.1.2 - Caso os laudos sejam emitidos por telerradiologia, a CREDENCIADA deverá cumprir na íntegra o especificado na RESOLUÇÃO CFM Nº 2.107/2014 que define e normatiza a telerradiologia e RESOLUÇÃO CFM nº 2.314/2022 que define e regulamenta a telemedicina, como forma de serviços médicos mediados por tecnologias de comunicação e outras legislações que venham a complementar ou substituir.

3.2 - O paciente deverá autorizar a transmissão das suas imagens e dados por meio de consentimento informado, livre e esclarecido.

3.3 - Os serviços serão executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA.

3.4 - Os agendamentos para atendimento dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio em cada agendamento, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização.

3.4.1 - Regras do sistema: O sistema considerará os procedimentos credenciados, os procedimentos vinculados aos grupos de agenda (sendo de responsabilidade do prestador), parâmetros de idade do paciente, disponibilidade de cota financeira e disponibilidade de vagas para o grupo de controle (GC) do procedimento.

3.4.2 - Regras do rodízio (como se dá a escolha): competência mais recente da agenda, unidade própria, prestador que atende ao maior número de procedimentos da requisição (evitando assim que o munícipe tenha que ir a mais de um prestador), prestador que tem menor quantidade de procedimentos autorizados (equilibrando assim a distribuição das demandas) e prestador com maior quantidade de vagas disponíveis.

3.5 - Será respeitada a fila de espera atual, de acordo com a classificação de urgência, prioridade e rotina,

conforme Portaria 252/2021/SMS (0010451645), ou na forma de outro ato normativo que a substitua.

3.6 - Os pacientes agendados mensalmente serão comunicados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e deverão retirar o protocolo de agendamento no local indicado pelo operador do aviso. Este documento deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no dia da realização do atendimento.

3.7 - Os usuários que porventura faltarem ao atendimento sairão da fila de espera, conforme Portaria 252/2021/SMS (SEI 0010451645) ou na forma de outro ato normativo que a substitua, salvo motivo justificado.

3.8 - A remuneração dos serviços será conforme a Tabela SIGTAP/SUS, cujos valores estão descritos no Item 4 (Quadro III - Código, descrição, valores SIGTAP/SUS e quantidades estimadas).

3.8.1 - Não serão aceitas quaisquer alegações que visem o ressarcimento de valores não considerados no edital de credenciamento.

3.9 - O reajuste será concedido na mesma proporção em que houver sido atualizada a Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), em conformidade com o Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde, após a publicação no Diário Oficial da União. Não serão concedidos reajustes anuais.

3.9.1 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do Conta.

3.10 - Poderão ser incluídos ao edital novos procedimentos dos grupos medicina nuclear in vivo e tratamentos por medicina nuclear in vivo, conforme atualização da Tabela SIGTAP/SUS e publicação de errata.

Equipe Mínima:

3.11 - Responsável Técnico médico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina Nuclear, inscrito e regular no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina. O médico assistente poderá ser o responsável técnico.

3.12 - Médico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina Nuclear, inscrito e regular no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina e autorizado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

3.13 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento deverão possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE), estar inscritos no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina e cadastrados no CNES da empresa credenciada.

3.14 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento para emissão de laudos de forma presencial deverão possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE), estar inscritos no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição e cadastrados no CNES da empresa credenciada.

3.15 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento para emissão de laudos por meio da telerradiologia deverão possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na área afim, estar inscritos no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição e cadastrados no CNES da empresa credenciada.

3.16 - Supervisor de Proteção Radiológica com habilitação de qualificação emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), no âmbito de sua atuação, formalmente designado para assumir a condução das tarefas relativas às ações de proteção radiológica.

3.17 - Técnicos em radiologia com o registro profissional junto ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, CRTR da sua jurisdição.

3.18 - Equipe de apoio suficiente para atender ao objeto do credenciamento.

3.19 - Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo mediante autorização expressa da Administração.

3.20 - O serviço que realiza exames de estresse cardíaco deve contar com médico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em cardiologista inscrito e regular no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina para a realização desses exames.

3.21 - Para efeitos da composição da equipe, consideram-se profissionais da CREDENCIADA os membros do seu corpo clínico, os profissionais que tenham vínculo de emprego com a CREDENCIADA, os profissionais autônomos que, eventual ou constantemente, prestam serviços à CREDENCIADA, se por esta são autorizados.

3.21.1 - Equipara-se ao profissional autônomo a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou o conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área da saúde.

3.22 - Todos os médicos que atuarem no credenciamento deverão ser previamente autorizados pela CREDENCIANTE.

Equipamentos e outros:

3.23 - Estrutura conforme roteiro de visita técnica.

3.24 - Relação de equipamentos (quantificar e especificar), contendo marca e modelo (ANEXO - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.25 - Relação nominal dos profissionais que atuarão no objeto do edital com a respectiva carga horária semanal e titulação (registro de qualificação de especialista, quando for o caso). Os demais dados de recursos humanos serão considerados os contidos no CNES (ANEXO - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL).

3.25.1 - Comprovação de inscrição e regularidade no conselho competente, dos profissionais que atuarão no objeto do edital e que compõem a equipe mínima.

3.25.1.1 - Para fins de certificação de inscrição e regularidade dos profissionais que atuarão no objeto do edital e que compõem a equipe mínima, a credenciante, por meio da equipe técnica da Secretaria da Saúde, realizará consulta no portal dos respectivos conselhos de classe, inclusive no que tange ao RQE, quando aplicável.

3.26 - Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS.

3.27 - Declaração de Aceitação dos Preços, conforme anexo (ANEXO - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS).

3.28 - Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com o quantitativo do(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Condições Gerais:

3.29 - Comprovante de inscrição do estabelecimento no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, o qual deverá estar ativo e regular.

3.30 - Alvará Sanitário vigente, emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, compatível com o serviço a ser prestado.

3.30.1 - Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário emitido pela Unidade de Vigilância Sanitária do Município.

3.31 - Comprovante de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES da unidade.

3.32 - Autorização de operação emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

3.33 - Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social.

Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

3.34 - Os serviços serão executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA.

3.35 - Os agendamentos para atendimento dos usuários serão realizados pela CREDENCIANTE, diretamente no sistema, em forma de rodízio, respeitando a lista de espera, disponibilidade da oferta de cada prestador e eventual territorialização.

3.36 - Regras do sistema: O sistema considerará os procedimentos credenciados, os procedimentos vinculados aos grupos de agenda (sendo de responsabilidade do prestador), parâmetros de idade do paciente, disponibilidade de cota financeira e disponibilidade de vagas para o grupo de controle (GC) do procedimento.

3.37 - Regras do rodízio (como se dá a escolha): competência mais recente da agenda, unidade própria, prestador que atende ao maior número de procedimentos da requisição (evitando assim que o munícipe tenha que ir a mais de um prestador), prestador que tem menor quantidade de procedimentos autorizados (equilibrando assim a distribuição das demandas) e prestador com maior quantidade de vagas disponíveis.

Cronograma de execução dos serviços:

3.38 - A CREDENCIADA terá 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica e da concessão dos acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão, para disponibilizar ao Serviço de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville, no sistema, a oferta de vagas para o agendamento dos usuários, com data, hora e endereço para realização do atendimento.

3.39 - A prestação de serviços deverá iniciar, em todos os seus termos, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.

3.40 - O edital de credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado.

3.41 - O presente credenciamento será um serviço contínuo, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) meses de execução, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.42 - O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 26 (vinte e seis) meses de vigência, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que o credenciamento está prevista no Plano Plurianual.

Obrigações da CREDENCIADA específicas do objeto

Obrigações Gerais:

3.43 - A CREDENCIADA deverá possuir em seu estabelecimento área física compatível ao número de usuários a serem atendidos, assim como equipamentos adequados a realização dos procedimentos e número de profissionais.

3.44 - A CREDENCIADA deverá registrar todos os atendimentos realizados em prontuário e nos sistemas de informação da CREDENCIANTE, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de Novembro de 2011, RESOLUÇÕES CFM Nº 2.107/2014 e CFM Nº 2.314/2022 e outras que venham substituir ou complementar.

3.45 - A CREDENCIADA deverá dispor de no mínimo 01 (um) computador contendo navegador Google Chrome ou Mozilla Firefox na versão mais atualizada para uso do sistema de gestão do Município.

3.45.1 - Da instalação do sistema: o sistema rodará em plataforma WEB e está homologado para uso nos browsers Google Chrome e Mozilla Firefox, preferencialmente de versões mais atualizadas. Faz-se necessária uma ativação de cada estação para que a mesma possa estar autorizada para uso. Esta ativação será realizada pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde.

3.45.2 - Das permissões e acessos: os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde, desde que todo o cadastro do prestador esteja devidamente atualizado, com todos os profissionais de saúde e da área administrativa vinculados no Sistema CNES (Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde).

3.45.3 - Em caso de realização de telerradiologia, a CREDENCIADA deverá dispor de equipamentos, acessórios, hardware e softwares para possibilitar a realização de laudos médicos à distância, garantindo condições de enviar e receber os dados que deverão ter assinatura eletrônica dos profissionais habilitados pelo seu respectivo conselho conforme RESOLUÇÕES CFM Nº 2.107/2014 E CFM Nº 2.314/2022;

3.45.3.1 - Os sistemas informatizados utilizados para transmissão e manuseio dos dados clínicos, dos laudos radiológicos, bem como para compartilhamento de imagens e informações, devem obedecer às normativas do Conselho Federal de Medicina. Especificamente para telerradiologia, os sistemas devem atender aos requisitos obrigatórios do "Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2)", estabelecida no Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde vigente, editado pelo CFM e Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS).

3.45.4 - Do fluxo de operação do sistema (módulo prestador):

a) Da criação e manutenção de agenda: o prestador deverá gerar diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado no Termo de Credenciamento, definindo dias e horários para

realização dos atendimentos. A manutenção destas vagas, bem como as possíveis manipulações de datas, horários e tempo de atendimento do paciente ficarão a cargo do prestador. O sistema fará o controle a partir das baixas realizadas pelo prestador, considerando o teto mensal financeiro e/ou físico estipulado no Termo de Credenciamento.

b) Da recepção do usuário: o prestador fará a recepção do usuário no sistema a partir da digitação da chave de acesso gerada no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

c) Da baixa do procedimento realizado: após realizado o atendimento, o prestador deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas. É obrigação do prestador que a baixa seja efetuada no mesmo dia em que o paciente tenha sido atendido.

d) Do fechamento da produção: o prestador deverá fechar sua produção no Sistema Integrado de Gestão no primeiro dia útil do mês subsequente ao de atendimento.

3.45.5 - A critério da CREDENCIANTE, poderá ser exigido que a CREDENCIADA insira o laudo no Sistema Integrado de Gestão do município.

3.45.5.1 - Do lançamento dos laudos emitidos: a CREDENCIADA ou deverá digitar manualmente cada laudo no Sistema de Gestão da Secretaria da Saúde para que estas informações estejam disponíveis no Prontuário Eletrônico do paciente ou integrar seu sistema com o Sistema da Secretaria da Saúde. Para fazer esta integração, o prestador deverá seguir o **Manual IPSO - Guia de Integração LIS** (SEI 0021231721 e 0021231740), disponibilizado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação em Saúde (SES.NTI), que detalha todo processo. As despesas de implementação e homologação desta integração são de exclusiva responsabilidade do prestador. Os laudos deverão ter certificação de assinatura digital em consonância com a legislação vigente.

3.45.6 - Dos procedimentos para faturamento no sistema:

a) Boletim de Produção Ambulatorial (BPA): fica dispensado o envio eletrônico destes arquivos para a Secretaria da Saúde, uma vez que todo processo de faturamento será feito de forma central diretamente no sistema pela equipe interna da Secretaria da Saúde a partir dos procedimentos que forem baixados eletronicamente no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde.

b) APAC – Autorização de Procedimentos Ambulatoriais: procedimentos que exigem registro em APAC, quando for o caso, deverão ser lançados no Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde, incluindo a digitação e/ou integração do laudo. Porém, a produção deverá ser digitada e apresentada via sistema APAC MAGNÉTICO do Ministério da Saúde.

c) Envio da Produção ao Ministério da Saúde: O arquivo gerado pelo Sistema Integrado de Gestão da Secretaria da Saúde será importado no Sistema de Faturamento do Ministério da Saúde e a apuração da produção será feita baseada nos relatórios deste sistema.

d) Eventuais inconsistências (erros e/ou bloqueios) no arquivo de produção deverão ser sanadas pela CREDENCIADA em até 02 (dois) dias úteis.

3.46 - A CREDENCIADA deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês, os protocolos de agendamento autorizados pelo sistema integrado e demais documentos quando solicitados pela Secretaria Municipal da Saúde de Joinville.

3.47 - A CREDENCIADA se responsabilizará pela criação e manutenção da agenda, recepção do usuário, baixa do procedimento realizado, fechamento da produção e emissão de laudos no sistema do Município, respeitando os prazos previstos no edital.

3.48 - A CREDENCIADA será responsável pela manutenção dos equipamentos necessários, bem como pelos custos dos materiais utilizados no atendimento do usuário.

3.49 - A CREDENCIADA deverá enviar à Secretaria Municipal da Saúde / Central de Regulação do Acesso aos Serviços de Saúde a grade de horários na qual estará reservada para atendimento aos usuários SUS para o período informado. O envio desta grade será realizado por meio eletrônico através do sistema de informação e deverá ser realizado até o 1º dia útil do mês subsequente.

3.49.1 - Esta grade deverá contemplar as vagas para o agendamento de usuários para no mínimo 60 dias úteis para o planejamento e gestão dos serviços de saúde no município.

3.50 - A CREDENCIADA obriga-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios e indicadores de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente os serviços prestados.

3.51 - A CREDENCIADA deverá manter atualizados na Secretaria Municipal da Saúde os dados e requisitos exigidos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e/ou outros sistemas de informações pertinentes no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS que venham a ser normatizados e implementados.

3.52 - A CREDENCIADA deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

3.53 - A CREDENCIADA deverá afixar aviso, às suas expensas, conforme material padrão indicado pela CREDENCIANTE (anexo documento SEI nº 0019888553), em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS, constando a gratuidade dos serviços prestados, nessa condição, aos usuários.

3.54 - A CREDENCIADA deverá entregar, quando solicitado pelo usuário ou seu responsável, no ato da saída do estabelecimento, documento comprobatório informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais.

3.55 - A CREDENCIADA deverá justificar, por escrito, ao usuário ou ao seu representante e à Secretaria Municipal da Saúde, no prazo de 2 (dois) dias úteis, as razões técnicas quando da não realização de qualquer procedimento credenciado.

3.56 - A CREDENCIADA deverá observar e cumprir os protocolos de acesso e regulação da rede pública assistencial de saúde e também submeter-se às normas e rotinas da Central de Regulação, Controle e Avaliação do Gestor Municipal.

3.57 - A CREDENCIADA deverá submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, bem como, deverá atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH, instituídos pelo Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde.

3.58 - A CREDENCIADA se submeterá à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal nº 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal nº 8.865 de 17/11/98.

3.59 - A CREDENCIADA deverá justificar e comunicar com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, por escrito, ao fiscal do Termo de Credenciamento designado da Área de Regulação, quando da impossibilidade temporária ou redução da oferta de serviços, salvo nas situações de infortúnio, cujo comunicado deverá ser imediato.

3.59.1 - Em caso de alteração definitiva da capacidade instalada e/ou da oferta do serviço, a CREDENCIADA deverá informar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis por meio de comunicação oficial devidamente assinada e protocolada ao fiscal do Termo de Credenciamento designado da Área de Regulação, para que seja realizada a devida alteração no Termo de Credenciamento e/ou demais ajustes necessários.

3.60 - A CREDENCIADA deverá comunicar a CREDENCIANTE, Área de Regulação, eventual alteração de sua razão social, controle acionário, mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, alterações de endereço e telefone.

3.60.1 - As alterações deverão ser comunicadas imediatamente após as alterações efetuadas, exceto mudança de endereço, que deverá ser comunicada pelo menos **30 dias corridos antes**.

3.60.2 - Em caso de mudança de endereço, será realizada visita técnica no novo local.

3.61 - Em nenhuma hipótese a CREDENCIADA poderá cobrar do usuário ou seu representante ou da CREDENCIANTE qualquer importância adicional ou complementação dos valores referentes à assistência dos serviços prestados.

3.62 - A CREDENCIADA deverá atender aos usuários, obedecendo a Programação Físico-Orçamentária (PFO) estabelecida e o agendamento realizado pela CREDENCIANTE (modelo anexo).

3.62.1 - A Programação Físico-Orçamentária poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos credenciados.

3.63 - A CREDENCIADA deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do "Contrato", as condições de habilitação e de qualificação exigidas, incluindo manutenção e assistência técnica dos equipamentos necessários para a execução dos serviços.

3.64 - Todas as despesas necessárias à execução do objeto deste termo correrão por conta da CREDENCIADA.

3.65 - A CREDENCIADA deverá estar de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

3.66 - A CREDENCIADA responsabiliza-se por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços credenciados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

3.67 - A CREDENCIADA deverá assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do Termo de Credenciamento, e demais documentos técnicos fornecidos.

3.68 - A CREDENCIADA deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

3.69 - A CREDENCIADA deverá proceder às correções que se tomarem necessárias à realização do objeto, executando-o de acordo com o disposto e no Termo de Credenciamento.

3.70 - A CREDENCIADA deverá cumprir todas as obrigações e especificações dispostas no Termo de Referência.

3.71 - A CREDENCIADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos descritos no Quadro I - Relação de procedimentos obrigatórios (Anexo Formulário de Requerimento) conforme a capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.

3.71.1 - A CREDENCIADA deverá prestar os procedimentos descritos no Quadro II - Relação de procedimentos facultativos (Anexo Formulário de Requerimento) que tiver a capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.

3.71.2 - A capacidade técnica instalada será definida por meio de visita técnica realizada pela CREDENCIANTE.

3.72 - Não poderão participar do Credenciamento os hospitais contratualizados por meio de convênios firmados com o Gestor Municipal do SUS.

Obrigações Específicas

3.73 - A CREDENCIADA deverá abrir diretamente no sistema a sua oferta de vagas em formato de agenda, até o limite estipulado em Termo de Credenciamento, definindo dias e horários para realização dos atendimentos.

3.73.1 - A manutenção da agenda ficará a cargo do prestador, considerando a proporção do teto anual e número de meses de vigência do Termo de Credenciamento.

3.74 - Na data do atendimento, a CREDENCIADA deverá realizar a recepção do usuário no SIG a partir da digitação da chave de acesso impressa no protocolo de agendamento que será apresentado pelo paciente no dia do atendimento.

3.75 - Os atendimentos deverão ser registrados os procedimentos no sistema da CREDENCIANTE (SIG), incluindo os resultados de exames.

3.76 - Na mesma data do atendimento, a CREDENCIADA deverá dar baixa no sistema para que assim seja gerado seu Boletim de Produção Ambulatorial (BPA), ou seja, a produção será contabilizada a partir das baixas realizadas.

3.77 - A CREDENCIADA deverá ofertar todos os procedimentos dos Itens solicitados no formulário de requerimento.

3.77.1 - A CREDENCIADA será dispensada pela CREDENCIANTE (Área de Regulação) de realizar os Itens quando não houver demanda.

3.78 - A CREDENCIADA deverá apresentar laudo contendo, no mínimo, **três dados** de identificação do usuário, procedimento(s) realizado(s), região(ões) analisada(s), técnica empregada, parte expositiva e outra conclusiva.

3.78.1 - No caso de telerradiologia, a Assinatura deverá ser com certificação digital do médico no padrão

ICP-Brasil ou outro padrão legalmente aceito e que foi emitido em modalidade de telemedicina.

3.78.2 - Para os casos de exames de imagem híbridos (radiologia e medicina nuclear), o laudo deve ser emitido por especialistas das duas áreas.

3.79 - A disponibilização das imagens e do laudo poderá ser realizada em meio físico ou eletrônico.

3.80 - A CREDENCIADA deverá disponibilizar os laudos e respectivas imagens em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data da realização do exame.

3.80.1 - Sempre que solicitado pelo paciente, a CREDENCIADA deverá disponibilizar as imagens e laudo em meio físico.

3.81 - A CREDENCIADA deverá cumprir as normas referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal.

3.82 - A CREDENCIADA deverá corrigir e/ou refazer os serviços que apresentar qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para a CREDENCIANTE, bem como que seja indicado o prazo para tal correção.

3.83 - O recebimento provisório ocorrerá na baixa do procedimento, conforme descrito no fluxo de operação do sistema.

3.84 - O recebimento definitivo ocorrerá na entrega Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) e conferências dos laudos.

3.85 - O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da CREDENCIADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

3.86 - Se a CREDENCIANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços não correspondem ao exigido no Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CREDENCIADA deverá providenciar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações do contrato, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

Obrigações da CREDENCIANTE específicas do objeto:

3.87 - Os acessos e permissões ao módulo prestador do sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde de Joinville.

3.88 - A CREDENCIANTE deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços bem como os relatórios apresentados.

3.89 - A CREDENCIANTE deverá efetuar visitas técnicas nas instalações dos prestadores para conferir o cumprimento dos requisitos do Credenciamento assim como para certificar o cumprimento dos requisitos do Termo de Credenciamento, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica.

3.90 - O pagamento será efetuado de acordo com as medições apresentadas mensalmente, sendo que as medições deverão refletir apenas os serviços solicitados por profissionais da Prefeitura Municipal de Joinville e efetivamente prestados.

3.91 - A CREDENCIANTE deverá prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução do Termo de Credenciamento, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da CREDENCIADA.

3.92 - A CREDENCIANTE deverá cumprir e fazer cumprir as disposições do Termo de Credenciamento.

3.93 - A CREDENCIANTE deverá intervir no objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma do Termo de Credenciamento visando proteger o interesse público.

3.94 - A CREDENCIANTE deverá estabelecer mecanismos de controle de cumprimento dos serviços pela CREDENCIADA.

3.95 - A CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.96 - A CREDENCIANTE deverá notificar a CREDENCIADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço fornecido.

3.96.1 - A CREDENCIANTE estabelecerá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação, para que a CREDENCIADA apresente esclarecimentos e laudos provenientes destas falhas e respectivas medidas corretivas.

3.97 - A CREDENCIANTE realizará visitas às instalações dos serviços interessados visando emitir parecer técnico sobre os aspectos relativos às condições de atendimento, capacidade instalada, segurança, aparelhagem, corpo funcional e técnico, em consonância aos critérios exigidos na legislação e itens elencados no edital.

3.97.1 - A capacidade instalada será estimada levando-se em consideração a carga horária dos profissionais, o número de equipamentos, o tempo de atendimento proposto pelo prestador, a duração do procedimento preconizada ou estimada pelo Ministério da Saúde, Associação/Colégio de Especialidade, Órgão de Classe e/ou literatura.

3.97.2 - A visita técnica será realizada seguindo roteiro, conforme anexo - Roteiro de Visita Técnica.

3.97.3 - Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas no credenciamento.

Gestão do Termo de Credenciamento

3.98 - A gestão do Termo de Credenciamento será realizada pela Secretaria da Saúde de Joinville, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville, Unidade de Regulação, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

3.99 - O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Descrédenciamento

3.100 - Constituem motivos para descrédenciamento o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições constantes no edital, bem como os motivos previstos na legislação vigente.

3.101 - O credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento, a juízo da conveniência e oportunidade da CREDENCIANTE, por motivos plenamente justificáveis, dentro do eminente interesse público ou a pedido da CREDENCIADA, que deverá encaminhar ofício com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

ANEXO - PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA (PFO)

Código SIGTAP/SUS	Descrição SIGTAP/SUS	Quantidade por item (ano)	Valor total do item (ano)	Teto físico (ano)	Teto orçamentário (ano)
02.08.01.001-7	CINTILOGRAFIA DE CORACAO C/ GALIO 67				
02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE ESTRESSE (MINIMO 3 PROJECCOES)				
02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE REPOUSO (MINIMO 3 PROJECCOES)				
02.08.01.004-1	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ LOCALIZACAO DE NECROSE (MINIMO 3 PROJECCOES)				
02.08.01.005-0	CINTILOGRAFIA P/ AVALIACAO DE FLUXO SANGUINEO DE EXTREMIDADES				
02.08.01.006-8	CINTILOGRAFIA P/ QUANTIFICACAO DE SHUNT EXTRACARDIACO				
02.08.01.007-6	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUACAO DE ESFORCO				
02.08.01.008-4	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUACAO DE REPOUSO (VENTRICULOGRAFIA)				
02.08.01.009-2	DETERMINACAO DE FLUXO SANGUINEO REGIONAL				
02.08.02.001-2	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MINIMO 5 IMAGENS)				
02.08.02.002-0	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES				
02.08.02.003-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTIMULO				
02.08.02.005-5	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)				
02.08.02.006-3	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLIDO)				
02.08.02.007-1	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO GASTRICO				
02.08.02.008-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE DE MECKEL				
02.08.02.009-8	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA				
02.08.02.010-1	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NAO ATIVA				
02.08.02.011-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO				
02.08.02.012-8	IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPO MONOCLONAL)				
02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES				
02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTACAO				
02.08.03.003-4	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ TESTE DE SUPRESSAO / ESTIMULO				
02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO				
02.08.03.005-0	TESTE DO PERCLORATO C/ RADIOISOTOPO				
02.08.04.002-1	CINTILOGRAFIA DE RIM C/ GALIO 67				
02.08.04.003-0	CINTILOGRAFIA DE TESTICULO E BOLSA ESCROTAL				
02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)				
02.08.04.006-4	CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA				
02.08.04.007-2	CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA				
02.08.04.008-0	DETERMINACAO DE FILTRACAO GLOMERULAR				
02.08.04.009-9	DETERMINACAO DE FLUXO PLASMATICO RENAL				
02.08.04.010-2	ESTUDO RENAL DINAMICO C/ OU S/ DIURETICO				
02.08.05.001-9	CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO				
02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEIRO)				
02.08.05.004-3	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/ GALIO 67				
02.08.06.001-4	CINTILOGRAFIA DE PERFUSAO CEREBRAL C/ TALIO (SPCTO)				
02.08.06.002-2	CISTERNOCINTILOGRAFIA (INCLUINDO PESQUISA E/OU AVALIACAO DO TRANSITO LIQUORICO)				
02.08.06.003-0	ESTUDO DE FLUXO SANGUINEO CEREBRAL				
02.08.07.001-0	CINTILOGRAFIA DE PULMAO C/ GALIO 67				
02.08.07.002-8	CINTILOGRAFIA DE PULMAO P/ PESQUISA DE ASPIRACAO				
02.08.07.003-6	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR INALACAO (MINIMO 2 PROJECCOES)				
02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR PERFUSAO (MINIMO 4 PROJECCOES)				
02.08.08.001-5	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)				
02.08.08.002-3	DEMONSTRACAO DE SEQUESTRO DE HEMACIAS PELO BACO (C/ RADIOISOTOPOS)				
02.08.08.003-1	DETERMINACAO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS (C/ RADIOISOTOPOS)				
02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA				
02.08.09.001-0	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/ GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS				
02.08.09.002-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULA LACRIMAL (DACRIOCINTILOGRAFIA)				
02.08.09.003-7	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)				
03.03.12.005-3	TRATAMENTO DE DOR/METASTASE OSSEA COM RADIOISOTOPO (POR TRATAMENTO-EXCETO CANCER DE TIREOIDE)				
03.03.12.006-1	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMMER - ATE 30 MCI)				
03.03.12.007-0	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES				

ANEXO - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na.....
, inscrita no CNPJ nº....., por meio de seu

representante legal, abaixo firmado, em atenção ao Edital de Credenciamento Universal N° XXX/2024 vem manifestar sua aceitação aos preços praticados no edital, estando ciente que os reajustes serão concedidos de acordo atualização da Tabela SIGTAP/SUS.

Joinville,

Nome do responsável:
CPF:

ANEXO - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

A _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal que esta subscrive, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do C.P.F. n.º _____, DECLARA que estará disponível, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da ordem de serviço eletrônica, para iniciar o atendimento dos serviços do Edital de Credenciamento n.º xxx/20xx, consoante às regras do edital e do Sistema Único de Saúde (SUS), obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais e seguindo as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Declaro ainda que disporá das instalações e dos equipamentos necessários a perfeita execução do objeto, bem como, manterá no quadro funcional da empresa, a partir da data de início efetivo da prestação dos serviços, o(s) profissional(is) técnico(s) relacionados(s), e que, em caso de dispensa, o(s) substituirá por profissional do mesmo nível e com qualificação compatível, sempre com a ciência prévia da Secretaria da Saúde, para prestação de atendimento aos usuários do SUS, nos termos do Edital. No caso de não substituição do(s) profissional(is), justificará à Secretaria da Saúde os devidos motivos, com a garantia de que a execução dos serviços não será prejudicada, e ciente de que a programação físico-orçamentária (PFO) poderá ser revista.

Relação de profissionais (para preenchimento da empresa):

Nome completo	Categoria profissional e Nº Registro	Especialidade e Nº Registro	Carga Semanal Cadastrada no CNES	Horária Disponibilizada Credenciamento	Semanal para o	Telerradiologia (em caso de médicos que emitirão laudo)
1)						() sim () não
2)						
3)						
4)						
5)						
6)						
7)						
8)						
9)						
10)						
Obs: A carga horária cadastrada no CNES não poderá ser inferior à carga horária disponibilizada para o credenciamento.						

Relação de equipamentos:

Descrição	Quantidade	Descrição / Marca / Modelo
1)		
2)		
3) Para realização de exames de estresse cardíaco: Equipamentos e materiais para atendimento de emergência, no próprio local ou em área contígua e de fácil acesso: a) Eletrocardiógrafo; b) Ponto de oxigênio ou cilindro com carrinho; c) Aspirador portátil; d) Esfigmomanômetro; e) Estetoscópio; f) Equipamentos de monitoração e desfibrilação cardíaca; g) Materiais e medicamentos para atendimento de emergências		

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

ANEXO - FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO

À
Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Joinville

Pelo presente, atendendo ao Edital de Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Diagnóstico por medicina nuclear in vivo, e tratamentos por medicina nuclear in vivo, para atendimento da demanda dos usuários do SUS, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS, a empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ xxxxxx solicita o credenciamento dos serviços especializados para atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) conforme assinalado abaixo:

Quadro I. Relação de procedimentos obrigatórios.		
Item	Código SIGTAP/SUS	Descrição SIGTAP/SUS
		Oferta SUS

Diagnóstico e Tratamento por Medicina Nuclear in vivo	02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUAÇÃO DE ESTRESSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	() Sim () Não
	02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUAÇÃO DE REPOUSO (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	
	02.08.01.004-1	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ LOCALIZACAO DE NECROSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	
	02.08.01.005-0	CINTILOGRAFIA P/ AVALIACAO DE FLUXO SANGUINEO DE EXTREMIDADES	
	02.08.01.006-8	CINTILOGRAFIA P/ QUANTIFICACAO DE SHUNT EXTRACARDIACO	
	02.08.01.007-6	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUAÇÃO DE ESFORÇO	
	02.08.01.008-4	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUAÇÃO DE REPOUSO (VENTRICULOGRAFIA)	
	02.08.01.009-2	DETERMINACAO DE FLUXO SANGUINEO REGIONAL	
	02.08.02.001-2	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MÍNIMO 5 IMAGENS)	
	02.08.02.002-0	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES	
	02.08.02.003-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTIMULO	
	02.08.02.005-5	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)	
	02.08.02.006-3	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLIDO)	
	02.08.02.007-1	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO GASTRICO	
	02.08.02.008-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE DE MECKEL	
	02.08.02.009-8	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA	
	02.08.02.010-1	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NAO ATIVA	
	02.08.02.011-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	
	02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARA-TIREOIDES	
	02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTACAO	
	02.08.03.003-4	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ TESTE DE SUPRESSAO / ESTIMULO	
	02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	
	02.08.04.003-0	CINTILOGRAFIA DE TESTICULO E BOLSA ESCROTAL	
	02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	
	02.08.04.006-4	CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	
	02.08.04.007-2	CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	
	02.08.04.008-0	DETERMINACAO DE FILTRACAO GLOMERULAR	
	02.08.04.009-9	DETERMINACAO DE FLUXO PLASMATICO RENAL	
	02.08.04.010-2	ESTUDO RENAL DINAMICO C/ OU S/ DIURETICO	
	02.08.05.001-9	CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO	
	02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEIRO)	
	02.08.06.001-4	CINTILOGRAFIA DE PERFUSAO CEREBRAL C/ TALIO (SPCTO)	
	02.08.06.002-2	CISTERNOCINTILOGRAFIA (INCLUINDO PESQUISA E/OU AVALIACAO DO TRANSITO LIQUORICO)	
	02.08.06.003-0	ESTUDO DE FLUXO SANGUINEO CEREBRAL	
	02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR PERFUSAO (MÍNIMO 4 PROJEÇÕES)	
	02.08.08.001-5	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)	
	02.08.09.003-7	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	

Quadro II. Relação de procedimentos facultativos.			
Item	Código SIGTAP/SUS	Descrição SIGTAP/SUS	Oferta SUS
Diagnóstico e Tratamento por Medicina Nuclear in vivo	02.08.01.001-7	CINTILOGRAFIA DE CORACAO C/ GALIO 67	() Sim () Não
	02.08.04.002-1	CINTILOGRAFIA DE RIM C/ GALIO 67	() Sim () Não
	02.08.05.004-3	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/ GALIO 67	() Sim () Não
	02.08.07.001-0	CINTILOGRAFIA DE PULMAO C/ GALIO 67	() Sim () Não
	02.08.09.001-0	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/ GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	() Sim () Não
	02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA	() Sim () Não
	02.08.02.012-8	IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPO MONOCLONAL)	() Sim () Não
	02.08.03.005-0	TESTE DO PERCLORATO C/ RADIOISOTOPO	() Sim () Não
	02.08.07.002-8	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO P/ PESQUISA DE ASPIRAÇÃO	() Sim () Não
	02.08.07.003-6	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR INALACAO (MÍNIMO 2 PROJEÇÕES)	() Sim () Não
	02.08.08.002-3	DEMONSTRACAO DE SEQUESTRO DE HEMACIAS PELO BACO (C/ RADIOISOTOPOS)	() Sim () Não
	02.08.08.003-1	DETERMINACAO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS (C/ RADIOISOTOPOS)	() Sim () Não
	02.08.09.002-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULA LACRIMAL (DACRIOCINTILOGRAFIA)	() Sim () Não
	03.03.12.005-3	TRATAMENTO DE DOR/METÁSTASE ÓSSEA COM RADIOISÓTOPO (POR TRATAMENTO-EXCETO CÂNCER DE TIREOIDE)	() Sim () Não
	03.03.12.006-1	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMMER - ATE 30 MCI)	() Sim () Não
	03.03.12.007-0	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	() Sim () Não

Por oportuno, declaramos, desde já, que aceitamos todas as condições estipuladas no Edital de Credenciamento nº xxx/20XX e seus anexos e que temos pleno conhecimento que o deferimento do credenciamento/habilitação se dará após sua análise técnica e legal

Outrossim, declaramos que aceitamos as normas do SUS e a remuneração proposta, a qual será feita exclusivamente com base nos valores expressos na Tabela de Procedimentos e Valores do edital, da qual temos pleno conhecimento.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco: _____ N° da Agência: _____

N° da Conta-corrente: _____

Para fins de contato, informamos abaixo o endereço de e-mail e telefones:

E-mail: _____

Telefones: _____

Para fins de assinatura do Termo de Credenciamento, informamos abaixo os dados do responsável:

Responsável: _____

CPF: _____ RG: _____

Joinville, ____ de _____ de ____.

Atenciosamente,

NOME DO RESPONSÁVEL:

CPF:

NOME DO ESTABELECIMENTO:

CNPJ:

ANEXO - ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA

Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Diagnóstico por medicina nuclear in vivo, e tratamentos por medicina nuclear in vivo, para atendimento da demanda dos usuários do SUS, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS. Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.			
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
Nome empresarial:			
CNES:			
CNPJ:			
Endereço:			
Telefone:			
E-mail:			
Análise documental:			
Alvará Sanitário válido?	() Sim	() Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Inscrição do estabelecimento no CRM válida?	() Sim	() Não	Avaliar prazo e atividades previstas
Médico R.T. e médicos assistentes que atuarão no credenciamento regulares no CRM/SC e com RQE em SC, conforme edital	() Sim	() Não	Avaliar RQE conforme estabelecido na equipe mínima
Médico (s) assistente (s) que atuarão no credenciamento através da telerradiologia regulares no CRM e com RQE em sua jurisdição e certificação digital conforme edital	() Sim	() Não	Avaliar RQE conforme estabelecido na equipe mínima
Médicos e técnicos em radiologia devidamente cadastrados no CNES?	() Sim	() Não	Verificar especialidade e carga horária
Cadastro no CNES atualizado?	() Sim	() Não	Verificar equipamentos e serviço classificação
Supervisor de Proteção Radiológica com habilitação de qualificação emitida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	() Sim	() Não	
Técnicos em radiologia com o registro profissional junto ao Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, CRTR da sua jurisdição	() Sim	() Não	
Autorização para Operação emitida pela CNEN	() Sim	() Não	
O serviço que realiza exames de estresse cardíaco conta com médico cardiologista para a realização desses exames?	() Sim	() Não	Avaliar RQE conforme estabelecido na equipe mínima
Laudos serão emitidos por Telerradiologia	() Sim	() Não	
Se sim, há Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura do paciente	() Sim	() Não	
Se sim, os laudos possuem assinatura com certificação digital do médico no padrão ICP-Brasil ou outro padrão legalmente aceito e que foi emitido em modalidade de telemedicina.	() Sim	() Não	
Observações:			
Equipamentos:			
Câmara gama ou câmara de cintilação	() Sim	() Não	Quantidade:
Equipamentos e materiais para atendimento de emergência, no próprio local ou em área contígua e de fácil acesso (para realização de exames de estresse cardíaco): a) Eletrocardiógrafo b) Ponto de oxigênio ou cilindro com carrinho; c) Aspirador portátil d) Esfigmomanômetro e) Estetoscópio f) Equipamentos de monitoração e desfibrilação cardíaca g) Materiais e medicamentos para atendimento de emergências	() Sim	() Não	() Não se aplica
Observações:			
Capacidade instalada:			

Procedimentos por mês, levando em consideração quantidade de equipamentos, número de profissionais, tempo de processamento dos equipamentos, proposta da empresa, horário de atendimento. Será considerado, no mínimo, 60 minutos por exame.			
Eventuais limitações ou restrições:			
Conclusão:			
Apto ao credenciamento	() Sim	() Não	
Equipe responsável pela visita técnica:			
Responsável pelo estabelecimento que acompanhou a visita técnica:			

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

- 4.1 - Para o presente credenciamento, a estimativa das quantidades considerou a série histórica (03/2023 a 02/2024) e demanda da Área de Regulação.
- 4.2 - A demanda foi estimada conforme quadro abaixo.
- 4.3 - Os serviços deverão ser executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA no ato do credenciamento.
- 4.4 - Serão credenciados todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no edital. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda.
- 4.5 - O objeto é divisível podendo ser credenciado diferentes prestadores habilitados no edital de credenciamento, sendo que cada CREDENCIADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos que tiver capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CREDENCIANTE.
- 4.6 - A Programação Físico-Orçamentária (PFO) poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos credenciados.

Quadro III - Código, descrição, valores SIGTAP/SUS e quantidades estimadas.							
Item	Código SIGTAP/SUS	Descrição SIGTAP/SUS	Valor Unitário SIGTAP/SUS	QUANTIDADE ESTIMADA 12 MESES	VALOR ESTIMADO 12 MESES	QUANTIDADE ESTIMADA 24 MESES	VALOR ESTIMADO 24 MESES
	02.08.01.001-7	CINTILOGRAFIA DE CORACAO C/ GALIO 67	R\$ 457,55	20	R\$ 9.151,00	40	R\$ 18.302,00
	02.08.01.002-5	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE ESTRESSE (MINIMO 3 PROJECOES)	R\$ 408,52	750	R\$ 306.390,00	1500	R\$ 612.780,00
	02.08.01.003-3	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIACAO DA PERFUSAO EM SITUACAO DE REPOUSO (MINIMO 3 PROJECOES)	R\$ 383,07	750	R\$ 287.302,50	1500	R\$ 574.605,00
	02.08.01.004-1	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ LOCALIZACAO DE NECROSE (MINIMO 3 PROJECOES)	R\$ 166,47	20	R\$ 3.329,40	40	R\$ 6.658,80
	02.08.01.005-0	CINTILOGRAFIA P/ AVALIACAO DE FLUXO SANGUINEO DE EXTREMIDADES	R\$ 114,02	20	R\$ 2.280,40	40	R\$ 4.560,80
	02.08.01.006-8	CINTILOGRAFIA P/ QUANTIFICACAO DE SHUNT EXTRACARDIACO	R\$ 142,57	20	R\$ 2.851,40	40	R\$ 5.702,80
	02.08.01.007-6	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUACAO DE ESFORCO	R\$ 214,85	20	R\$ 4.297,00	40	R\$ 8.594,00
	02.08.01.008-4	CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM SITUACAO DE REPOUSO (VENTRICULOGRAFIA)	R\$ 176,72	20	R\$ 3.534,40	40	R\$ 7.068,80
	02.08.01.009-2	DETERMINACAO DE FLUXO SANGUINEO REGIONAL	R\$ 123,93	20	R\$ 2.478,60	40	R\$ 4.957,20
	02.08.02.001-2	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E BACO (MINIMO 5 IMAGENS)	R\$ 133,26	10	R\$ 1.332,60	20	R\$ 2.665,20
	02.08.02.002-0	CINTILOGRAFIA DE FIGADO E VIAS BILIARES	R\$ 187,93	10	R\$ 1.879,30	20	R\$ 3.758,60
	02.08.02.003-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTIMULO	R\$ 87,89	10	R\$ 878,90	20	R\$ 1.757,80
	02.08.02.005-5	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)	R\$ 135,38	1	R\$ 135,38	2	R\$ 270,76
	02.08.02.006-3	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (SEMI-SOLIDO)	R\$ 135,38	10	R\$ 1.353,80	20	R\$ 2.707,60
	02.08.02.007-1	CINTILOGRAFIA P/ ESTUDO DE TRANSITO GASTRICO	R\$ 144,22	10	R\$ 1.442,20	20	R\$ 2.884,40
	02.08.02.008-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE DIVERTICULOSE	R\$ 114,86	10	R\$ 1.148,60	20	R\$ 2.297,20

Diagnóstico e Tratamento por Medicina Nuclear in vivo		MECKEL					
	02.08.02.009-8	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA	R\$ 157,23	10	R\$ 1.572,30	20	R\$ 3.144,60
	02.08.02.010-1	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NAO ATIVA	R\$ 310,82	1	R\$ 310,82	2	R\$ 621,64
	02.08.02.011-0	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFAGICO	R\$ 135,38	10	R\$ 1.353,80	20	R\$ 2.707,60
	02.08.02.012-8	IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPO MONOCLONAL)	R\$ 1.103,26	10	R\$ 11.032,60	20	R\$ 22.065,20
	02.08.03.001-8	CINTILOGRAFIA DE PARATIREOIDES	R\$ 324,54	15	R\$ 4.868,10	30	R\$ 9.736,20
	02.08.03.002-6	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ OU S/ CAPTACAO	R\$ 77,28	45	R\$ 3.477,60	90	R\$ 6.955,20
	02.08.03.003-4	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE C/ TESTE DE SUPRESSAO / ESTIMULO	R\$ 107,30	10	R\$ 1.073,00	20	R\$ 2.146,00
	02.08.03.004-2	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO INTEIRO	R\$ 338,70	3	R\$ 1.016,10	6	R\$ 2.032,20
	02.08.03.005-0	TESTE DO PERCLORATO C/ RADIOISOTOPO	R\$ 107,40	10	R\$ 1.074,00	20	R\$ 2.148,00
	02.08.04.002-1	CINTILOGRAFIA DE RIM C/ GALIO 67	R\$ 457,55	10	R\$ 4.575,50	20	R\$ 9.151,00
	02.08.04.003-0	CINTILOGRAFIA DE TESTICULO E BOLSA ESCROTAL	R\$ 108,94	10	R\$ 1.089,40	20	R\$ 2.178,80
	02.08.04.005-6	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	R\$ 133,03	229	R\$ 30.463,87	458	R\$ 60.927,74
	02.08.04.006-4	CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	R\$ 122,97	10	R\$ 1.229,70	20	R\$ 2.459,40
	02.08.04.007-2	CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	R\$ 144,50	2	R\$ 289,00	4	R\$ 578,00
	02.08.04.008-0	DETERMINACAO DE FILTRACAO GLOMERULAR	R\$ 63,22	10	R\$ 632,20	20	R\$ 1.264,40
	02.08.04.009-9	DETERMINACAO DE FLUXO PLASMATICO RENAL	R\$ 63,22	10	R\$ 632,20	20	R\$ 1.264,40
	02.08.04.010-2	ESTUDO RENAL DINAMICO C/ OU S/ DIURETICO	R\$ 165,24	101	R\$ 16.689,24	202	R\$ 33.378,48
	02.08.05.001-9	CINTILOGRAFIA DE ARTICULACOES E/OU EXTREMIDADES OSO	R\$ 180,32	10	R\$ 1.803,20	20	R\$ 3.606,40
	02.08.05.003-5	CINTILOGRAFIA DE OSSOS C/ OU S/ FLUXO SANGUINEO (CORPO INTEIRO)	R\$ 190,99	696	R\$ 132.929,04	1392	R\$ 265.858,08
	02.08.05.004-3	CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO C/ GALIO 67	R\$ 457,55	15	R\$ 6.863,25	30	R\$ 13.726,50
	02.08.06.001-4	CINTILOGRAFIA DE PERFUSAO CEREBRAL C/ TALIO (SPCTO)	R\$ 438,01	15	R\$ 6.570,15	30	R\$ 13.140,30
	02.08.06.002-2	CISTERNOCINTILOGRAFIA (INCLUINDO PESQUISA E/OU AVALIACAO DO TRANSITO LIQUORICO)	R\$ 205,34	5	R\$ 1.026,70	10	R\$ 2.053,40
	02.08.06.003-0	ESTUDO DE FLUXO SANGUINEO CEREBRAL	R\$ 119,16	5	R\$ 595,80	10	R\$ 1.191,60
	02.08.07.001-0	CINTILOGRAFIA DE PULMAO C/ GALIO 67	R\$ 457,55	12	R\$ 5.490,60	24	R\$ 10.981,20
	02.08.07.002-8	CINTILOGRAFIA DE PULMAO P/ PESQUISA DE ASPIRACAO	R\$ 127,51	10	R\$ 1.275,10	20	R\$ 2.550,20
	02.08.07.003-6	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR INALACAO (MINIMO 2 PROJECCOES)	R\$ 128,12	4	R\$ 512,48	8	R\$ 1.024,96
	02.08.07.004-4	CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR PERFUSAO (MINIMO 4 PROJECCOES)	R\$ 130,50	1	R\$ 130,50	2	R\$ 261,00
	02.08.08.001-5	CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETICULO-ENDOTELIAL (MEDULA OSSEA)	R\$ 112,61	5	R\$ 563,05	10	R\$ 1.126,10
	02.08.08.002-3	DEMONSTRACAO DE SEQUESTRO DE HEMACIAS PELO BACO (C/ RADIOISOTOPOS)	R\$ 97,37	5	R\$ 486,85	10	R\$ 973,70
	02.08.08.003-1	DETERMINACAO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS (C/ RADIOISOTOPOS)	R\$ 54,36	5	R\$ 271,80	10	R\$ 543,60
	02.08.08.004-0	LINFOCINTILOGRAFIA	R\$ 141,33	1	R\$ 141,33	2	R\$ 282,66
	02.08.09.001-0	CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO C/ GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	R\$ 906,80	10	R\$ 9.068,00	20	R\$ 18.136,00
	02.08.09.002-9	CINTILOGRAFIA DE GLANDULA LA CRIMAL (DACRIOCINTILOGRAFIA)	R\$ 66,23	3	R\$ 198,69	6	R\$ 397,38
	02.08.09.003-7	CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	R\$ 289,43	2	R\$ 578,86	4	R\$ 1.157,72

03.03.12.005-3	TRATAMENTO DE DOR/METÁSTASE ÓSSEA COM RADIOISÓTOPO (POR TRATAMENTO-EXCETO CÂNCER DE TIREOIDE)	R\$ 468,38	10	R\$ 4.683,80	20	R\$ 9.367,60
03.03.12.006-1	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMMER - A TE 30 MCI)	R\$ 443,70	10	R\$ 4.437,00	20	R\$ 8.874,00
03.03.12.007-0	TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	R\$ 359,70	1	R\$ 359,70	2	R\$ 719,40
	TOTAL	3022	RS	889.150,81	6044	RS
						1.778.301,62

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são: concurso, processo seletivo, licitação e credenciamento.

5.1.1 - As modalidades concurso e processo seletivo tem impacto em relação ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece critérios e normas para a gestão responsável das finanças públicas, incluindo gastos com folha de pagamento. Outro impeditivo para tais modalidades é em relação à implantação de estruturas físicas e tecnológica de Diagnóstico por medicina nuclear in vivo, o que além de onerar ainda mais o município, traria maior morosidade na disponibilidade dos serviços aos pacientes devido a necessidade da construção de estruturas físicas e aquisição dos equipamentos; assim, tais alternativas são inviáveis técnica e economicamente;

5.1.2 - A terceira possibilidade a ser analisada é a licitação, que consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual a administração escolhe a proposta mais vantajosa; este procedimento se desenvolve através de atos administrativos vinculativos entre o licitante e o poder público oferecendo iguais condições a todos interessados, que desejam contratar com a administração pública. Para o objeto da presente contratação, tal modalidade é totalmente inviável pois esta caracteriza-se pela contratação de 1 (um) único prestador, e devido ao grande quantitativo de procedimentos a serem executados anualmente, não é tecnicamente possível que apenas um prestador execute todos os procedimentos elencados no presente processo;

5.1.3 - Acerca do credenciamento, este consiste em uma modalidade de contratação por meio do qual todos os interessados que preencham os requisitos do edital podem ser contratados. Tal modalidade tem como vantagem a possibilidade de contratação de vários prestadores para um único objeto, ou seja, contratação paralela e não excludente, onde empresas localizadas em diversas regiões do município se prontificam a realizar os exames, facilitando o acesso dos pacientes aos serviços, sendo possível a realização dos procedimentos com menores deslocamentos, criando-se uma rede de serviços que possibilitará a territorialização dos atendimentos.

5.1.4 - Considerando as soluções de mercado supra elencadas e os elementos apresentados em cada opção, demonstra-se de forma inequívoca, que a modalidade de credenciamento universal é a única opção que atende as demandas do município. É importante destacar que a competição se torna inviável devido ao grande volume de procedimentos a serem contratados, além necessidade de dispor da maior rede possível de prestadores de serviços, o que possibilitará a implementação da territorialização dos atendimentos.

5.1.5 - Registra-se que a modalidade Credenciamento está prevista no inciso I do artigo 115 da Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), aprovada pelo Decreto nº 51.742/2022 (0015231852), e, diante do cenário exposto, caracteriza-se o interesse da Administração Municipal em contratar um maior número de prestadores de serviço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 O credenciamento tem como valor estimado o importe de R\$ 889.150,81 (oitocentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta reais e oitenta e um centavos) para 12 meses e R\$ 1.778.301,62 (um milhão, setecentos e setenta e oito mil trezentos e um reais e sessenta e dois centavos) para 24 meses.

6.2 - Os valores dos procedimentos serão os estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Tabela Sigtap/SUS.

6.3 - O reajustes serão concedidos de acordo atualização da Tabela SIGTAP/SUS.

6.4 - O reajuste será aplicado uniformemente a todos os credenciados, independente da data de assinatura do Termo de Credenciamento.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Para atender a necessidade da contratação da Administração, que consiste na disponibilização de exames de Diagnóstico por medicina nuclear in vivo, e tratamentos por medicina nuclear in vivo para os usuários do SUS, após a análise das soluções de mercado elencadas no subitem 5- Levantamento de Mercado e considerando-se as elementos dispostos em cada opção, demonstra-se que a única solução para atendimento ao interesse público envolvido é o "Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização de Diagnóstico por medicina nuclear in vivo, e tratamentos por medicina nuclear in vivo, para atendimento da demanda dos usuários do SUS, a ser remunerado de acordo com os valores previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM/SIGTAP/SUS". Importante destacar que em tal modelo de contratação, para a prestação dos serviços, as futuras credenciadas são responsáveis inclusive pela manutenção e assistência técnica relacionada aos equipamentos necessários para a execução dos serviços, exigências estas que inclusive são descritas no presente estudo, dentre as obrigações da credenciada.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - O objeto é divisível e pode ser executado por diferentes prestadores habilitados no edital de credenciamento. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda. Ressalta-se que os serviços deverão ser executados conforme a demanda da CREDENCIANTE e a capacidade de atendimento instalada da CREDENCIADA no ato do credenciamento.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 - Suprir o setor de saúde do município e dos municípios com pactuação de metas físico-financeiras da Programação Pactuada e Integrada com serviços especializados de diagnóstico por medicina nuclear in vivo e tratamentos por medicina nuclear in vivo, para atender as demandas existentes de forma complementar ao Sistema Único de Saúde.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - A Secretaria da Saúde dispõe de equipe técnica e sistema que permitem acompanhar a execução dos serviços, confirmado por meio do acompanhamento dos Termo de Credenciamento oriundos do Edital de Credenciamento Nº 358/2022 (0019888627).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes. Ademais, esclarecemos que foi realizada pesquisa nas Atas de Registro de Preços dos Consórcios com o mesmo objeto da presente requisição de compras, porém, não foi possível localizar processo com objeto semelhante que atendessem as especificações técnicas dessa Secretaria de Saúde. Em termos de interesse público, a Administração deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Para tomar a decisão acerca da viabilidade e interesse público em participar ou aderir a uma Ata de Registro de Preços dos Consórcios é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, mas se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município, ou mesmo o completo atendimento pelo Consórcio do que determina a Lei para a fase preparatória, licitatória e executiva. Ainda, existem questões técnicas de processamento e apresentação da produção para o Ministério da Saúde que, muitas vezes, não são atendidas por meio da adesão de consórcios.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Não se vislumbra impacto ambiental para o credenciamento. No entanto, caso cabível, a CREDENCIADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes do credenciamento.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 - Analisando os Riscos do Credenciamento, podemos indicar os seguintes elementos:

a) **identificação de riscos** - para o presente credenciamento foram constatados os seguintes riscos:

Inexistência de empresas interessadas no edital.

b) **análise de riscos** - os riscos encontrados possuem como consequência a redução ou indisponibilidade de atendimento.

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do	4

Alto	objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) **avaliação de riscos** - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Alto.

Probabilidade: Pouco Provável (2)

Impacto: Muito Alto (5)

Classificação: Alto (2 x 5 = 10)

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) **tratamento de riscos** - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de Aceitar, reapresentando o Estudo Técnico Preliminar com eventuais ajustes em caso de não alcance do objetivo. Como ação preventiva, foi verificado que o Edital de Credenciamento vigente (Nº 358/2022 - 0019888627) conta com uma empresa CREDENCIADA (23.0.268926-1- Termo de Credenciamento Nº 1308/2023). A ação de contingência será contratação por meio do consórcio Cisnordeste, enquanto é realizado a revisão do ETP.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

Para proceder à análise da viabilidade do credenciamento, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		Trata-se do modelo vigente.
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		x	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?			Não se aplica

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 - Com base nas informações obtidas ao longo deste estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento conclui que o credenciamento se apresenta como a única solução capaz de atender ao interesse público, às necessidades da Secretaria da Saúde e à demanda dos usuários do SUS. Ressalta-se que a viabilização de um modelo competitivo é impraticável, em razão do volume de procedimentos e da imprescindibilidade de contar com a maior rede possível de prestadores de serviços. Essa abordagem permitirá a implementação da territorialização dos atendimentos e a formação e o fortalecimento de uma rede integrada de serviços de saúde.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Soethe de Quadros, Coordenador(a)**, em 28/03/2025, às 14:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Franci Maiara Machado, Gerente**, em 28/03/2025, às 14:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024909960** e o código CRC **506D03EA**.

